



B1

ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>

ISSN: 2595-1661

Revista JRG de
Estudos Acadêmicos

Mulheres privadas de liberdade: fundamentos da teoria humanística

Women deprived of liberty: foundations of humanistic theory

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3043

ARK: 57118/JRG.v9i20.3043

Recebido: 08/03/2026 | Aceito: 11/03/2026 | Publicado on-line: 12/03/2026

Bruna dos Reis Almeida Silva¹

<https://orcid.org/0000-0003-2487-1345>
 <http://lattes.cnpq.br/3098685283862030>
Universidade Tiradentes, SE, Brasil
E-mail: bruna.dreis@souunit.com.br

Maria Diana Magalhães Santos Neta²

<https://orcid.org/0000-0003-2487-7990>
 <http://lattes.cnpq.br/3098685283868909>
Universidade Tiradentes, SE, Brasil
E-mail: maria.dmagalhaes@souunit.com.br

Allana Rocha Silva³

<https://orcid.org/0009-0003-4228-0506>
 <http://lattes.cnpq.br/1437216235005162>
Universidade Tiradentes, SE, Brasil
E-mail: allana.rsilva@souunit.com.br

Fábia Luanna Leite Siqueira Mendes Santos⁴

<https://orcid.org/0000-0003-2487-1212>
 <https://lattes.cnpq.br/1254805736323487>
Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil
E-mail: fabia.leite@souunit.com.br

Beatriz Santos Pereira⁵

<https://orcid.org/0000-0003-2487-8961>
 <http://lattes.cnpq.br/3098685283863472>
Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil
E-mail: beatriz13@academico.ufs.br

Alan Santos Oliveira⁶

<https://orcid.org/0000-0001-8426-3710>
 <http://lattes.cnpq.br/7878332682471154>
Universidade Tiradentes, SE, Brasil
E-mail: alan.santos91@souunit.com.br

Rafael Franco Santos Santana⁷

<https://orcid.org/0009-0007-6363-2899>
 <http://lattes.cnpq.br/7171678687872119>
Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil
E-mail: rafael franco18@hotmail.com

Rute Nascimento da Silva⁸

<https://orcid.org/0000-0002-2719-1623>
 <https://lattes.cnpq.br/5965248224065334>
Universidade Tiradentes, SE, Brasil
E-mail: rute.silva94@souunit.com.br

Resumo

Introdução: Mulheres em situação de privação de liberdade enfrentam desafios, que incluem condições de vida precárias e limitações no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. A implementação de políticas de reintegração e programas de apoio é fundamental para facilitar a recuperação e a reinserção social, o que contribui para a superação do ciclo de violência e exclusão. **Objetivo:** Identificar as fragilidades da assistência de enfermagem às mulheres privadas de liberdade. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa, na qual foram realizadas buscas nas bases LILACS, BVS, BDENF e Medline, por meio dos descritores: Cuidados de Enfermagem; Pessoa Privada de Liberdade; Teoria de Enfermagem. Foram analisados estudos que abordam a demanda de enfermagem no sistema prisional feminino. **Resultados:** A maioria dos estudos encontrados apontam os desafios que a equipe de enfermagem enfrenta na prestação de uma assistência adequada. Entre esses obstáculos, destacam-se a inadequação estrutural,

¹ Graduada em Enfermagem

² Graduada em Enfermagem

³ Especialista em Urgência e Emergência

⁴ Mestre em Enfermagem

⁵ Mestre em Enfermagem

⁶ Doutorado em Ciências da Saúde

⁷ Graduação em Psicologia

⁸ Doutora em Saúde e Ambiente



a escassez de materiais necessários para a realização de exames, a fragilidade da organização nas estratégias de promoção e prevenção da saúde, além de fatores diretamente influenciados pelo ambiente carcerário que afetam esses profissionais. **Conclusões:** Em virtude da inadequação na assistência à saúde destinada às mulheres encarceradas, observa-se uma carência de cuidado integral e contínuo. Assim, torna-se imperativo a realização de estudos mais aprofundados nesse contexto, com o objetivo de investigar os problemas decorrentes dessa situação.

Palavras-chave: Cuidados de Enfermagem; Teoria de Enfermagem; Pessoa Privada de Liberdade.

Abstract

Introduction: *Women deprived of their liberty face challenges, including precarious living conditions and limitations in access to essential services such as health and education. The implementation of reintegration policies and support programs is fundamental to facilitating recovery and social reintegration, contributing to overcoming the cycle of violence and exclusion.* **Objective:** *To identify the weaknesses in nursing care for women deprived of their liberty.* **Method:** *This is an integrative review study, in which searches were conducted in the LILACS, BVS, BDENF, and Medline databases using the descriptors: Nursing Care; Person Deprived of Liberty; Nursing Theory. Studies addressing the nursing demand in the female prison system were analyzed.* **Results:** *Most of the studies found point to the challenges that the nursing team faces in providing adequate care. Among these obstacles, the following stand out: structural inadequacy, scarcity of materials necessary for conducting examinations, weak organization in health promotion and prevention strategies, as well as factors directly influenced by the prison environment that affect these professionals.* **Conclusions:** *Due to the inadequacy in healthcare provided to incarcerated women, there is a lack of comprehensive and continuous care. Thus, it becomes imperative to conduct more in-depth studies in this context, with the aim of investigating the problems arising from this situation.*

Keywords: *Nursing Care; Nursing Theory; Incarcerated Person.*

1. Introdução

O encarceramento feminino no Brasil é caracterizado por uma histórica omissão dos poderes públicos, refletida na escassez de políticas públicas que reconheçam as mulheres encarceradas como titulares de direitos humanos e, especialmente, relacionadas às questões de gênero. Os direitos dessas mulheres são acentuadamente violados pelo Estado, o que resulta em prejuízos significativos à saúde, à reintegração social, à educação, ao trabalho, à manutenção de vínculos e às relações familiares. Além disso, a situação de privação da liberdade potencializa o enfrentamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), bem como doenças crônicas, hipertensão e diabetes, além da exposição ao uso de substâncias psicoativas (SANTOS, et al., 2020).

A Teoria das Necessidades Humanas Básicas, de Wanda de Aguiar Horta, afirma que as necessidades humanas podem ser categorizadas em psicobiológicas, psicossociais e psicoespirituais (HORTA, 2021). Dessa forma, os estados de desequilíbrio da saúde das mulheres privadas de liberdade pela carência de estrutura adequada dos presídios, acarretam em problemas de saúde que necessitam de intervenção direta, aplicados como problema de enfermagem, considerada ciência que integra a equipe de saúde, a fim de um resultado resolutivo focado no indivíduo, família e coletividade (ARAÚJO et al., 2020).



Devido ao crescimento do número de mulheres privadas de liberdade, faz-se necessário uma atenção específica para que haja intervenção eficaz e que possibilite melhorias na qualidade de vida dessas mulheres, como o empoderamento, autocuidado e restauração de ações protetivas à vida humana (BARRA et al., 2023). O crescimento do número de mulheres encarceradas é agravado pela carência de infraestrutura adequada, bem como devido à escassez de profissionais de saúde especializados nas unidades prisionais. A deficiência ao acesso à saúde, prevenção de doenças e agravos, contribui para a deterioração da saúde das pessoas privadas de liberdade, o que evidencia a necessidade urgente de melhorias nas políticas públicas e na integração com o Sistema Único de Saúde (SUS) (GOIS et al., 2022; BRASIL, 2023).

Em 2020, observou-se um aumento significativo no número de mulheres encarceradas, que, desde o início dos anos 2000, apresentou um crescimento de aproximadamente 525% (BRASIL, 2020). Além disso, a maioria das mulheres privadas de liberdade enfrenta condições de vulnerabilidade social, no qual o perfil socioeconômico está relacionado às mulheres jovens, com baixo nível de escolaridade, responsáveis pelo sustento de suas famílias e, muitas vezes, mães solo (DEPEN, 2020; INFOPEN MULHERES, 2020).

O acesso das pessoas privadas de liberdade ao cuidado integral no SUS é um direito instituído, por meio da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), instituída pela Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 possui como seu principal objetivo garantir o direito à saúde para todas as pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional (Brasil, 2014). A PNAISP estabelece como uma das suas principais diretrizes a intersetorialidade, no entanto, nota-se desafios na implementação, devido a problemas como a estigmatização às pessoas privadas de liberdade e condições desfavoráveis no ambiente carcerário (BARTOS, 2023).

Diante do exposto, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o cenário atual e os desafios, fundamentado na teoria humanística, a fim de subsidiar a aprimoração de políticas públicas de saúde, bem como a formação dos profissionais voltados à população privada de liberdade. Para atingir ao objetivo foi formulada a seguinte questão norteadora: Quais são as principais fragilidades na assistência de enfermagem às mulheres privadas de liberdade?. Diante do exposto, este estudo possui por objetivo identificar as fragilidades da assistência de enfermagem às mulheres privadas de liberdade, em que pese suas especificidades de gênero e vulnerabilidades sociais.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão integrativa, existem delimitações específicas para realização da pesquisa e dá-se por meio de seis etapas: Estabelecer pergunta norteadora; selecionar a amostra a ser analisada; categorizar os estudos; analisar os artigos; interpretar os resultados e apresentação da revisão ou síntese do conhecimento por meio de tabela e texto corrido (ALMEIDA, et al., 2022).

O estudo foi caracterizado e organizado na estratégia de pesquisa PICO, tal método apresenta importância por possuir sensibilidade para a recuperação de pesquisas do tipo qualitativas, na qual considera a população de interesse, o fenômeno estudado e o contexto ou ambiente do tema (Araújo, 2020). O acrônimo P representa a Mulheres privadas de 11 liberdade, o I as fragilidades da demanda de Enfermagem e o Co refere-se a análise de fragilidades (Quadro 1).



Quadro 1 – Estratégia PICO

P (população)	Mulheres privadas de liberdade
I (interesse)	Identificar as fragilidades da demanda de Enfermagem
Co (contexto)	Assistência de enfermagem em mulheres fora do sistema prisional ou em outros contextos vulneráveis

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Os dados foram extraídos via National Library of Medicine (Medline) Base de Dados da Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) acessada pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) por meio operador booleano “AND” entre os descritores: Cuidados de Enfermagem, Prisioneiros, Teoria de Enfermagem, Pessoa Privada de Liberdade para a base nacional. Já nas bases internacionais, os termos utilizados foram “Nursing Care”, “Woman deprived of liberty”, “Nursing theory”.

Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram: estudos publicados no recorte temporal de 2019 a 2024, idiomas português, inglês e artigos de dados primários. A busca e análise da amostragem ocorreu no período entre agosto e novembro de 2024. Definiu-se como critérios de exclusão: publicações duplicadas, artigos não relacionados com a temática, não disponíveis na íntegra, com outras formas de apresentação não relacionadas a artigo científico ou resumos e estudos de literatura cinzenta (Trabalho de conclusão de curso- TCC, monografia, dissertação, tese e artigos de revisão).

Para obtenção de materiais que estivessem de acordo com os critérios de inclusão do presente estudo, foram implementadas 3 (três) fases para discriminação dos estudos relevantes nas bases de dados do presente estudo: identificação de estudos que falassem sobre a temática utilizando os descritores selecionados; triagem de artigos através da implementação de exclusão por não se enquadrarem nos critérios e, inclusão do material no estudo de acordo com temática. Inicialmente, os dados foram exportados das plataformas online e categorizados utilizando o programa Microsoft word, mediante tabulação e gráficos elaborados pelo software Microsoft Excel 2016, com intuito de retirar possíveis vies como redundâncias e inconsistências dos dados. Em seguida os estudos da amostra final serão avaliados e discutidos por meio de texto corrido.

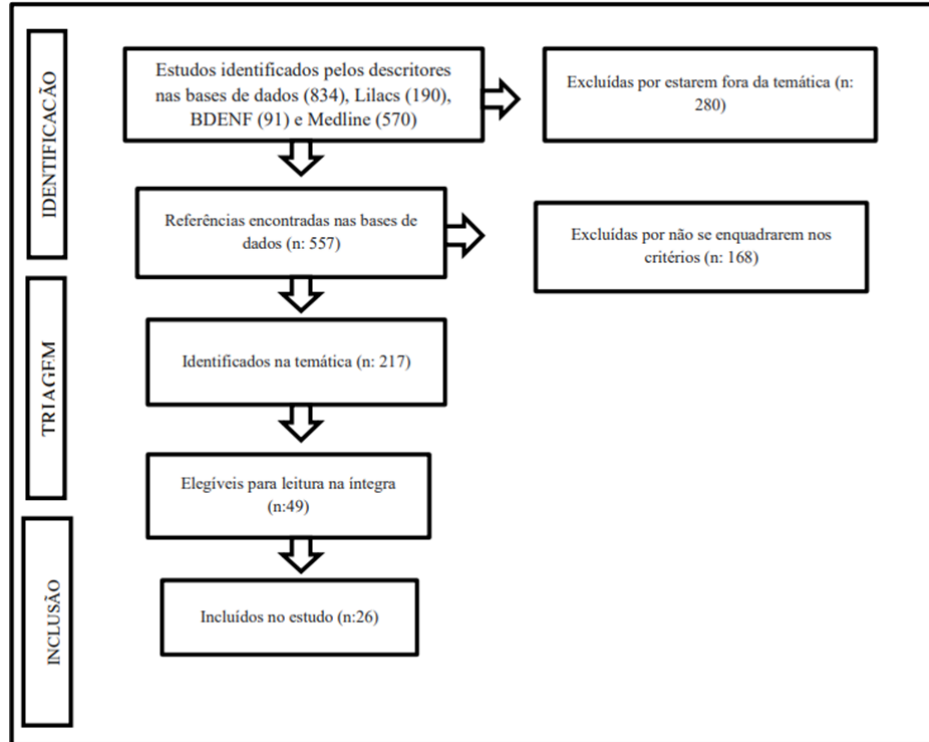
O presente estudo não será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tiradentes (UNIT), por ser uma pesquisa de dados secundários, a respeito da Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

3. Resultados

Foram encontrados 834 artigos elegíveis para integração da revisão, nas bases de Medline (570), Lilacs (n=190) e BDENF (n=91). Na realização do cruzamento: “Prisões” AND “Saúde da Mulher” AND “Mulheres”, que se obteve como resultado: 38 estudos na LILACS, 23 estudos na BDENF e 19 na Medline. Após as buscas iniciais, os artigos que estavam fora do tema foram excluídos, dos 49, restaram apenas 26 para realização do estudo. Critérios de inclusão: inglês e português, publicados nos últimos 5 anos e artigos que abordam as variáveis em estudo. Critérios de exclusão: materiais não disponíveis na íntegra, artigos duplicados e que fugissem ao tema. A figura 1 apresenta as características bibliométricas dos estudos selecionados para esta revisão (inclusão, triagem e

identificação). No Quadro 1, apresenta-se a descrição dos artigos selecionados no tocante aos seguintes aspectos: amostra, objetivos e resultados principais.

Figura 1 – Fluxograma de seleção dos artigos, de acordo com a recomendação PRISMA



Quadro 1 – Caracterização dos estudos, 2025

Nº	Autores / Ano	Título do estudo	Fatores abordados / Achados principais
1	Somayeh Alirezaei; Robab Latifnejad Roudsari, 2024	A Phenomenological Inquiry into the Psychological Experiences of Incarcerated Pregnant Women	Experiências psicológicas de mulheres grávidas encarceradas
2	Ashley, 2021	You have to be almost dead before they ever really work on you in prison	Punições às mulheres por buscarem atendimento; longos tempos de espera; custos elevados; falta de respeito por parte dos profissionais de saúde; desconsideração das preocupações médicas das mulheres privadas de liberdade
3	Siva et al., 2023.	Gestation of women in prisons by drug trafficking	Todas as mulheres do estudo foram envolvidas em tráfico de drogas; uso problemático de drogas; rompimento dos vínculos familiares
4	Martello et al., 2021	Preventive measures and risk behavior in women deprived of their liberty in a Brazilian prison	Uso problemático de álcool e drogas; sexo desprotegido
5	Castro et al., 2022	Autoevaluación negativa de la salud: prevalencia y factores asociados en mujeres privadas de libertad	Autoavaliação negativa da saúde em mulheres privadas de liberdade; Autoestima prejudicada



6	Carvalho et al., 2021	Perspectives of incarcerated women on risk factors for sexually transmitted infection: exploratory and qualitative study	Mulheres encarceradas e os fatores de risco para infecções sexualmente transmissíveis
7	Sales et al., 2021	Cuidado em Saúde das Mulheres Grávidas	Baixa cobertura de pré-natal; Acolhimento precário
8	Silva et al., 2020.	A percepção das mulheres privadas de liberdade acerca do início de sua vivência com o crime	Precarização de fatores de determinantes sociais da saúde
9	Schultz et al., 2020	Mulheres privadas de liberdade no sistema prisional: interface entre saúde mental	Transtornos ansiosos; medo; culpabilização
10	Viana et al., 2020	Temporal evolution of biochemical tests in incarcerated women	Evolução de parâmetros bioquímicos em mulheres privadas de liberdade no Brasil

Fonte: Elaboração própria, 2025.

4. Discussão

A assistência à saúde de mulheres encarceradas, analisada pela Teoria das Necessidades Humanas Básicas de Wanda Horta, evidencia a inadequação no atendimento às suas necessidades fundamentais, como alimentação, higiene, segurança e equilíbrio emocional. Araújo *et al.* (2020) apontam que a carência de recursos e a desumanização do cuidado, agravadas pelas condições insalubres e falta de suporte psicossocial, ampliam a vulnerabilidade, especialmente durante a maternidade. Para enfrentar essas fragilidades, é essencial reestruturar o cuidado de enfermagem, priorizando um atendimento humanizado e integral, conforme os princípios da teoria de Horta.

Nos estudos de Ashley *et al.*, (2021); Charles & Araújo (2020) são exploradas as percepções das mulheres sobre o atendimento médico no sistema prisional, revelando uma visão comum de negligência e desumanização. Em ambas as pesquisas, as mulheres relataram que o acesso aos cuidados de saúde só ocorre em situações de emergência, o que reflete uma visão institucional que prioriza o controle sobre o cuidado. Essas percepções são corroboradas pelo estudo de Miranda, Brito & Freitas (2019), que destaca o impacto negativo das deficiências estruturais e a falta de pessoal especializado, especialmente no cuidado com a saúde mental e reprodutiva.

Em contrapartida, o estudo de Oliveira *et al.*, (2019), adota uma visão um pouco mais positiva, sugerindo que o acesso à saúde pode contribuir para o bem-estar social das mulheres. No entanto, este estudo também identifica desafios semelhantes ao que se refere à discriminação e à falta de um cuidado contínuo e personalizado, sugerindo que, embora a saúde possa ser uma ferramenta de ressocialização, há uma lacuna significativa entre essa potencialidade e a realidade das práticas prisionais.

A maternidade no contexto prisional apresenta impactos emocionais e psicológicos significativos, como culpa, estresse e medo quanto ao futuro dos filhos, conforme apontado por Alirezai & Roudsari (2024), Chaves & Araújo (2020) e Moraes *et al.* (2023). Esses estudos destacam que a falta de suporte adequado afeta a saúde física e emocional das mulheres grávidas, agravando sua vulnerabilidade. Silva *et al.* (2023) adiciona que muitas dessas mulheres já viviam em contextos socioeconômicos



marginalizados antes do encarceramento, o que amplifica os impactos negativos da prisão e reforça a necessidade de atendimento especializado que considere essas condições preexistentes.

A vulnerabilidade a ISTs é uma preocupação significativa em estudos como Grison *et al.*, (2021) e Pereira, (2021). Ambos os artigos destacam a falta de medidas preventivas adequadas e a escassez de programas educativos como fatores que aumentam o risco de transmissão de ISTs nas prisões. Os dois estudos também mencionam a negligência na distribuição de preservativos e a falta de programas de conscientização como elementos que deixam essas mulheres desprotegidas contra as infecções.

A abordagem adotada no estudo Lôbo *et al.*, (2019), amplia a discussão ao sugerir que a vulnerabilidade das mulheres privadas de liberdade a ISTs está intrinsecamente ligada à estrutura institucional, que falha em fornecer informações e recursos para prevenção. Esse estudo acrescenta que o estigma social enfrentado por essas mulheres, tanto pela condição de presidiárias quanto pelo diagnóstico de IST, agrava ainda mais a falta de apoio e o sentimento de marginalização, destacando a necessidade de políticas de saúde que tratem com sensibilidade essas múltiplas camadas de vulnerabilidade.

A infraestrutura prisional inadequada é um problema comum apontado em estudos como Cabrera *et al.*, (2019) e Sousa *et al.*, (2020). Ambos enfatizam que o ambiente prisional carece de infraestrutura básica para garantir a saúde das mulheres, incluindo instalações adequadas para higiene pessoal, acesso a uma alimentação equilibrada e espaços apropriados para o acompanhamento pré-natal e cuidados com recém-nascidos. O estudo sobre a infraestrutura prisional no Peru reforça que essas limitações resultam em um ambiente insalubre, que coloca em risco a saúde geral das detentas, especialmente as que estão grávidas ou em período pós-parto.

Essas questões estruturais também são abordadas no estudo de Bagni *et al.*, (2020), que evidencia como a má alimentação e o ambiente carcerário afetam os indicadores de saúde, como os níveis bioquímicos. Esse estudo destaca que a carência de nutrientes e o estresse contínuo do encarceramento podem levar a problemas de saúde graves, revelando a importância de um monitoramento constante da saúde física, que muitas vezes é negligenciado nas unidades prisionais.

A percepção negativa da saúde e as experiências de discriminação são temas centrais em estudos como Aquino *et al.*, (2022) e Aquino *et al.*, (2019). Esses estudos sugerem que a discriminação e o estigma enfrentados pelas mulheres privadas de liberdade influenciam negativamente a autoavaliação de sua saúde, perpetuando um ciclo de marginalização que agrava o sofrimento físico e emocional. Em ambos os artigos, as mulheres relataram que o preconceito institucional afeta diretamente sua disposição para buscar ajuda médica, aumentando o risco de complicações de saúde.

Por outro lado, o estudo de Mustova *et al.*, (2019), amplia essa discussão ao indicar que, além da discriminação, as mulheres enfrentam barreiras culturais que limitam seu acesso à saúde e seu papel como mães. Essa perspectiva culturalmente específica permite uma comparação interessante, ao destacar que o tratamento discriminatório no sistema prisional não se limita à esfera institucional, mas também é influenciado por normas e percepções culturais que afetam a vida das mulheres dentro e fora das prisões.

Os estudos analisados evidenciam as graves falhas no atendimento à saúde das mulheres no sistema prisional, como a negligência, a falta de infraestrutura adequada e a discriminação, que agravam suas condições físicas e emocionais. Embora alguns trabalhos sugerem que a saúde pode ser uma ferramenta de ressocialização, a realidade mostra uma grande lacuna entre esse potencial e a prática. A vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis e o impacto psicológico da maternidade na prisão também são questões



críticas. Diante disso, é urgente a implementação de políticas públicas de saúde mais eficazes no sistema prisional, que atendam de forma integral e respeitosa as necessidades dessas mulheres, levando em consideração as múltiplas camadas de vulnerabilidade que enfrentam.

5. Conclusão

O presente estudo evidenciou que as fragilidades na assistência de enfermagem às mulheres privadas de liberdade são marcadas por barreiras estruturais, escassez de recursos humanos e materiais, e pela falta de políticas públicas efetivas voltadas para a saúde no sistema prisional. Fatores como a vulnerabilidade socioeconômica prévia, condições inadequadas de infraestrutura e a ausência de suporte emocional e psicológico agravam a situação, especialmente durante períodos de maior sensibilidade, como a gravidez e a maternidade.

A assistência de enfermagem, que tem papel essencial na promoção, prevenção e cuidado com a saúde, enfrenta desafios significativos no contexto prisional. O despreparo profissional para lidar com as particularidades dessa população, associado ao preconceito social e à desumanização do atendimento, compromete a integralidade do cuidado.

Diante desses achados, é imprescindível que sejam implementadas medidas que promovam a humanização do atendimento, a capacitação contínua dos profissionais de enfermagem e a adequação das condições estruturais nos presídios. Além disso, políticas públicas devem ser fortalecidas para assegurar o direito à saúde das mulheres encarceradas, garantindo o acesso ao cuidado digno e respeitoso, que contemple suas necessidades físicas, emocionais e sociais.

Referências

- ALMEIDA, J. S.; SILVA, M. F.; OLIVEIRA, A. B. Metodologia para revisão integrativa: etapas e importância. *Revista de Pesquisa Acadêmica*, v. 5, n. 2, p. 45-59, 2022.
- ARAÚJO, C. L. Utilização da estratégia PICo em estudos qualitativos. *Revista de Enfermagem*, v. 3, n. 1, p. 23-35, 2020.
- ARAÚJO, M. M. de; MOREIRA, A. da S.; CAVALCANTE, E. G. R.; DAMASCENO, S. S.; OLIVEIRA, D. R. de; CRUZ, R. de S. B. L. C. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1-9, 2020. DOI: 10.1590/2177-9465-ean-2019-0303. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0303>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- ARAÚJO, M. M. de; MOREIRA, A. da S.; CAVALCANTE, E. G. R.; DAMASCENO, S. S.; OLIVEIRA, D. R. de; CRUZ, R. de S. B. L. C. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. *Escola Anna Nery*, v. 24, n. 4, p. 1-9, out./dez. 2020. DOI: 10.1590/2177-9465-ean-2020-0104. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0104>.
- BARTOS, M. S. H. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: uma reflexão sob a ótica da intersetorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 1131-1138, 2023.
- BARRA, B. L. et al. Ações em saúde para mulheres privadas de liberdade: relato de experiência. *EXTENDERE*, v. 9, n. 1, 2023.
- CAVALCANTI, A.; ALMEIDA, M.; SILVA, J. Condição de saúde de mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. *ResearchGate*, 2016.
- DEPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília, 2020.



- GOIS, F. M.; COSTA, M. E.; SANTOS, V. P. A infraestrutura do sistema prisional feminino e os desafios na atenção à saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, p. 18-23, 2022.
- HORTA, W. de A. Enfermagem: teoria, conceitos, princípios e processo. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 8, n. 1, p. 7-17, 1974. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62341974000100007&script=sci_arttext&tlng=p
- t. Acesso em: 13 mar. 2021.
- INFOPEN MULHERES. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias sobre Mulheres. Brasília, 2020.
- LEITE-SALGUEIRO, C.; PEREIRA, A.; SILVA, J. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. ResearchGate, 2018.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 23 set. 2024.
- SANTOS, A. S.; ALMEIDA, M. L.; CAVALCANTI, D. M. O impacto do encarceramento na saúde das mulheres no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 54, p. 103-110, 2020.
- SILVA, J.; PEREIRA, M. Título do artigo. *Revista Contemporânea*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 45-60, set. 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2737/1972>. Acesso em: 3 set. 2024.
- SOUZA, G. C.; CABRAL, K. D. S.; LEITE-SALGUEIRO, C. D. B. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada. *Arquivos de Ciências da Saúde UNIPAR*, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 55-62, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6240>.
- SOUTO, K.; MOREIRA, M. R. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 130, p. 832-846, 2021.